

# Como resolver o impasse das anuidades?

JOAQUIM NOGALES  
e MÁRIO MARONA

BRASÍLIA — "Ninguém está errado nessa briga". A frase apaziguadora do Secretário Geral do Ministério da Educação (MEC), Hélio Mattos, não surtiu o efeito que ele esperava no primeiro debate entre donos de escolas particulares e pais de alunos. Durante o encontro, cristalizaram-se as divergências dos dois grupos com relação ao Decreto 95.720, que estabeleceu o regime de liberdade vigiada para os reajustes das anuidades.

Roberto Dornas, Presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) — que representa 35 mil escolas privadas do País

O GLOBO — Quem está com a razão na briga entre pais de alunos e donos de escolas?

HÉLIO MATTOS — Os dois têm direito de lutar. De um lado da arena está o pai do aluno, com o orçamento cada vez mais reduzido pela inflação, que torna quase impossível o pagamento das anuidades. Ele tem razão de reclamar. Do outro lado, está o dono da escola, vendo seu empreendimento prejudicado pela inflação e enfrentando o risco de perdê-lo. O dono da escola também tem razão. O Governo deve buscar, então, o ponto de equilíbrio entre a capacidade que as famílias têm de pagar as anuidades e a necessidade dos colégios em continuar funcionando com qualidade. Ou encontramos este ponto de equilíbrio, ou assistiremos ao desmoronamento do sistema que envolve 35 mil escolas no País.

ROBERTO DORNAS — Os pais de alunos de escolas particulares estão se sentindo lesados. Eles estão pagando, através dos impostos, por um serviço que não utilizam: a manutenção dos alunos em escolas públicas. Isto é injusto. O Governo gasta Cr\$ 280 mil por ano com cada aluno na escola, quantia que permitiria manter, no mínimo, seis alunos por ano em escolas privadas. Eu defendo, então, que seja assegurado aos pais o direito de abater integralmente no Imposto de Renda as despesas que elestêm com a escola privada.

O GLOBO — A Fenen concorda integralmente com o Decreto?

DORNAS — O nosso apoio ao Decreto não é integral, pois acreditamos que ele surgiu em hora errada. As crianças já estão matriculadas e, portanto, sem opção de troca de escola. A liberação dos preços deveria ter

— apóia o Decreto, embora o considere inoportuno. Ele reconhece que os pais de alunos não têm força para negociar com os colégios depois de as matrículas já terem sido feitas. Sugere, então, que eles exijam da direção da escola a justificativa dos reajustes considerados abusivos.

— Vá à escola do seu filho, peça explicações e, se não se convencer, diga ao diretor que ela não serve mais ao seu filho — disse Roberto.

O Presidente da Federação Nacional de Pais de Alunos (Fenape), Luís Cassemiro, não acredita na eficácia deste método. Para ele, as organizações de pais não são aceitas pelos proprietários de escolas e garante que os diretores dos

colégios temem a fiscalização dos pais.

Cassemiro denunciou que as associações não têm acesso a documentos da contabilidade das escolas, que são enviados diretamente aos Conselhos Estaduais de Educação (CEEs).

Hélio Mattos garante que o MEC continuará ouvindo as reclamações das associações de pais sobre os reajustes abusivos, punindo os estabelecimentos reincidentes. Procurando amenizar as diferenças entre os dois grupos, ele ofereceu uma garantia aos pais:

— O MEC não permitirá abusos, assim como não aceitará a cobrança através de OTNs. Se isso continuar, o Decreto será revogado.

acontecido antes da matrícula, permitindo que os pais pudessem negociar com a escola.

O GLOBO — O Decreto estimula abusos nos reajustes das anuidades?

HÉLIO — O Decreto está propiciando um debate sobre a educação no Brasil. Já que o Governo liberou os preços, a sociedade vai pressionar para que ele ofereça, então, qualidade no ensino público. O Governo poderia estabelecer um índice de reajuste único para todas as escolas. Mas seria justo? Como fazer que uma escola invista em qualidade, em professores especializados, se não for através da possibilidade de remuneração desse esforço?

DORNAS — Antes era o Governo quem determinava o índice de aumento de anuidades. As escolas e pais pouco se manifestavam a respeito. O Governo se responsabilizava, portanto, pelo sucesso ou fracasso da escola, pela satisfação ou não de um pai. Agora, a escola fixa seu preço, com razoável margem de lucro, é claro. Afinal, ninguém se joga numa luta como esta, decide construir uma escola, para fazer caridade.

O GLOBO — Como um pai de aluno pode reagir ao que considera aumento abusivo?

DORNAS — Ele deve ir ao Diretor da escola e pedir que ele mostre suas despesas. Se o Diretor se negar, o pai pode gritar, brigar. Mas também deve se lembrar de avaliar bem a situação antes de tomar qualquer atitude. Ele deve procurar descobrir, por exemplo, por que a anuidade subiu de Cr\$ 1 mil para Cr\$ 2 mil. Quais foram as despesas da escola? Quando fizer isso, o pai de aluno estará exer-

cendo plenamente sua cidadania.

CASSEMIRO — Não podemos agir dessa maneira pois, quando um pai decide reclamar do preço de uma escola, pode ouvir do Diretor: se não está satisfeita, tire seu filho daqui. Não é assim que a questão deve ser tratada. A criança cria laços afetivos com a escola que, aproveitando-se disso, chantageiam os pais. E o Decreto só dificulta ainda mais a situação, não dando a menor chance de defesa aos pais.

O GLOBO — O colégios vêm



A partir da esquerda, Dornas (da Fenen), Hélio Mattos (do MEC) e Luis Cassemiro (da Associação de Pais)

com apreensão a organização dos pais em associações?

DORNAS — Não nos opomos à formação das associações, desde que sejam de pais de alunos de escolas particulares. Não admitimos, no entanto, que pessoas que não têm filhos em escolas particulares se passem por representantes deste grupo.

CASSEMIRO — Não acredito que as escolas aceitem as organizações de pais. Segundo o Decreto, qualquer pai poderá reclamar mediante uma petição fundamentada, que exige acesso

aos documentos contábeis da escola. Só que o pai não pode apresentá-los porque, segundo o próprio Decreto, estes documentos são sigilosos e devem ser encaminhados aos Conselhos estaduais de Educação. Estes são compostos, na sua maioria, por proprietários de escolas. Nós acreditamos que exista medo de delegar às associações de pais o direito da fiscalização.

HÉLIO — O Governo federal, ao atribuir o direito de queixa às Associações de Pais e Mestres, está estimulando a organização de associações. Ele determinou que os Conselhos estaduais de

Educação examinem as denúncias. Mas o Decreto tem apenas 40 dias de vigência, ainda é difícil avaliá-lo corretamente. O MEC ouviu escolas, pais e vai punir todos os abusos. Não podemos, entretanto, em 40 dias, ter certeza de validade do Decreto. Temos que cumprí-lo e atualizá-lo.

O GLOBO — O que está sendo feito a respeito da denúncia que algumas escolas estariam cobrando as anuidades em OTN?

HÉLIO — Já houve um acordo entre o MEC e as escolas para que as anuidades não sejam mais cobradas em OTN. O MEC não tem instrumentos legais para evitar este tipo de irregularidade mas, se ela continuar, é evidente que o Governo revogará o Decreto.

DORNAS — Não existe nenhuma lei que proíba a utilização de OTN como parâmetro para reajustes. Muitos profissionais liberais fazem isso, o Governo cobra as suas contas desta maneira. O MEC também determinou que o dinheiro cobrado abusivamente pelas escolas seja devolvido em OTN.

O GLOBO — O senhor apóia, então, a utilização da OTN como parâmetro no reajuste das anuidades?

DORNAS — Não, porque o orçamento dos pais não é corrigido pela OTN. A escola deveria ter bom senso e só fazer correções equivalentes à renda dos pais. Não é vantajoso cobrar em OTN e perder clientes. Mas é preciso levar em conta que a URP — adotada atualmente — deixa uma defasagem entre a correção mensal e a inflação. Esta defasagem é corrigida na data-base do trabalhador. É justo que isso também aconteça com a escola.

## LIBERAÇÃO DE REAJUSTES PROVOCA POLÊMICA ENTRE MEC, PAIS E FENEN



Hélio Mattos



Luis Cassemiro



Roberto Dornas

*'MEC não permitirá que cobrança de reajuste seja em OTN'*

*'Governo estimula a organização de associações de pais'*

*'Pais não sabem como se defender do abuso nos aumentos'*

*'Escolas temem fiscalização de pais em sua contabilidade'*

*'Não existe lei que proíba os aumentos através da OTN'*

*'Não nos opomos a qualquer tipo de associação de pais'*